

NOTA SOBRE OS TÍTULOS DOS LIVROS  
E A MENTALIDADE DE CADA ÉPOCA

O título de uma obra possui um valor múltiplo. Assim, sob o ponto de vista catalográfico, costuma ser um elemento decisivo para se determinar o assunto da obra, pois o autor, regra geral, aprimora-se em sintetizar aí as questões essenciais do seu trabalho.

Acontece ainda que há mesmo o catálogo didascálico, ou seja, aquele que é organizado de acordo com o título da obra, pois os utentes da instituição conhecem a obra pelo título, não sabendo ou não querendo saber mesmo qual seja o autor dessa obra. Um só facto conhecem: o título da obra. E isso lhes basta. Não vamos nós aqui agora discutir a validade de um catálogo deste género. Aceitamo-lo como forma pragmática de achar algo que se conhece ou de que se tem uma referência. Realmente os *catálogos nobres* de uma biblioteca são, por excelência, o de autores e os ideológicos, quer os sistemáticos, quer os alfabéticos de matérias.

Para nós, reconhecemos que o valor prático do catálogo por títulos só terá interesse para as obras de ficção. Somos capazes de conhecer uma *Rosa do Adro*, ou um *Crime e castigo*, ou um *David Copperfield* pelo título sem nos recordarmos ou sabermos o respectivo autor. Então, sim, o catálogo didascálico assume interesse. Mas já nas outras obras o seu valor não nos parece evidente. Quando temos necessidade de conhecer algo no campo científico ou didáctico, as duas perguntas que logo nos acodem são as seguintes: Que espécies possui a biblioteca sobre este assunto? Que existe aqui deste autor?

Estes dois elementos, em obras de tal espécie — a matéria e o autor — é que são decisivos, pois são aqueles que o utilizador conhece primordialmente. O título, neste caso, é apenas um *acidente*, que catalográficamente pode ser aproveitado, embora, ao que julgamos, nunca de forma sistemática, como os outros dois elementos.

O título de uma obra tem também tradicionalmente uma expressão tipográfica de alto interesse estético, dado que possui um *grafismo* bem significativo. Podemos mesmo tentar esboçar uma linha evolutiva desse grafismo, que vem desde os incunábulo, passando pelos longos títulos dos sécs. XVII e XVIII — sumários das obras — até ao sintetismo dos nossos dias. É de recordar, por exemplo, o que o inglês Baskerville (1706-1775) nos trouxe ao título, quando defendeu a *tipografia pura*, desprovida de ilustração, de ornamentos. Então passou a distribuir assim o título: linhas sucessivas de capitais largamente espacejadas com exclusão do emprego de minúsculas e linhas iguais no seu comprimento.

Não foi o grande Bodoni (1740-1813), na sua fase de maturidade, fins do séc. XVIII, começos do XIX, que tornou o *título aberto*, bem espacejado, abandonando definitivamente

na tipografia o *título serrado*, sabendo tirar perfeito partido das letras que sobem como os *b, d, h, l*, ou descem, como os *g, p, q*? Não havia já feito Geoffroy Tory, no séc. xvi, do título uma pequena gravura de arte? Claro que sim. Eis pois outro aspecto válido do título que consiste na sua estética tipográfica.

Surge-nos agora um novo aspecto da utilização do título de uma obra <sup>(1)</sup>, que vai, por certo, dar magníficos resultados. O seu autor parte da seguinte hipótese: a frequência de uma palavra nos títulos dos livros é sinal de uma expansão significativa da noção que exprime — a de uma mentalidade em certa época. A sua raridade ou ausência nos títulos dos livros desse período histórico podem significar a sua não-existência na língua da época, ou seu pouco valor, ou, pelo contrário, o seu emprego é *interdito* pelos princípios morais em voga. Afirma Flandrin que a frequência da palavra ao nível dos títulos é sinal do valor e do poder seguro da frequência dessa mesma palavra na mentalidade da época. Portanto, os títulos passam assim a constituir aspectos importantes dos estudos sincrónico e diacrónico da linguagem. Se a frequência de uma palavra é sinal de força da correspondente noção, as variações desta frequência serão sinais das transformações da língua e da própria mentalidade da época.

De acordo com estes princípios, Flandrin estabeleceu um paralelo entre os 22 000 títulos recenseados em *Les livres de l'année 1961* com os 13 000 registados nas edições de Lyon do séc. xvi. Destes dois conjuntos, o autor do estudo em causa seleccionou duzentas e cinquenta palavras, embora só se vá deter sobre sessenta dessas palavras, para ver a frequência destas. Os títulos podem, pois, revelar assim uma mudança nas estruturas da nossa existência, acentuando mesmo uma alteração de natureza. Flandrin tomou o caso do casamento, da violação e do pecado sexual, chegando a conclusões deveras curiosas que os títulos revelam. Eis umas tantas:

1 — A existência no séc. xvi de uma abundante literatura polémica à volta do casamento que põe em questão a instituição ou ridiculariza os casados. No séc. xx nem o casamento é posto em questão nem o sentido cómico dos casados aparece nos títulos dos livros, pelo que há perfeita aceitação na mentalidade do homem de Novecentos.

2 — A presença do casamento nos títulos dos romances de cavalaria associada com a de *aliança*, de *amores*, é um facto importante na vida de aventura dos cavaleiros. As bodas do noivado, no séc. xvi, ocupam um lugar importante na literatura de circunstância, pois há largas referências ao local da cerimónia, à festa em si, nada disto se encontrando em nossos dias. No aspecto jurídico, o casamento na época de quinhentos aparece como questão de forma, enquanto hoje surge como questão de fundo. No contexto religioso é uma associação nova feita de *amor* (já no singular). Por outro lado, também surge nos nossos dias com dois novos aspectos, o filosófico e o médico, associados à *felicidade*, à *sexualidade* e à *fidelidade*.

3 — Quanto ao pecado sexual e à violação, verifica-se que esta última tem uma maior representação nos títulos do séc. xvi do que hoje, o mesmo sucedendo ao pecado sexual.

(1) JEAN-LOUIS FLANDRIN — *Sentiments et civilisation — Sondage au niveau des titres d'ouvrages*, Annales-Économies, Sociétés, Civilisations, Paris, 20(5), p. 939-966, Set.-Oct. 1965.

4 — Quanto ao léxico do séc. XVI, temos a impressão de um universo mais claramente valorizado enquanto o de hoje demonstra uma tendência para uma maior apreensão objectiva da realidade.

5 — Conclui-se que hoje as interdições sociais são menos pesadas, quase inexistentes no capítulo em causa.

Ora o trabalho de Flandrin, para lá dos largos horizontes sociológicos do livro, em especial do título dos livros, põe um problema que interessa directamente à catalografia, no capítulo do catálogo alfabético de matérias: é o de se escolher a palavra significativa, a que tem *conteúdo*, para expressar um estado psico-social no caso em questão.

A criação do encabeçamento-matéria é um processo intelectual complicado, pois não corresponde apenas à expressão verbal — o *termo*, da lógica formal — do *conceito*. Tem muito mais cambiantes e por isso mesmo é mais rico. O *conceito* — e a sua correspondente expressão gráfica, o *termo* — é estático, não tem agilidade, pois aparece como a fixação de algo que na verdade se move e tem uma série de modalidades que é preciso apreender no seu próprio movimento. A crítica de Bergson é válida.

Se o estudo de Flandrin vem pôr precisamente este problema: o da evolução da ideia através da sua representação física no título do livro — para nós, os que temos de lidar diáriamente com a determinação das epígrafes para o catálogo alfabético, põe-nos outro, que é o de egermos aquelas que correspondam exactamente ao conteúdo do conceito que a espécie bibliográfica comporta. Mas para lá dessa *determinação*, um outro problema se põe talvez ainda com maior acuidade: o da expressão gráfica, que deve ser *sempre a mesma, constante*, desse mesmo conceito — é o da normalização do encabeçamento.

Mas voltando ao estudo de Flandrin, vejamos por exemplo que há conceitos que são desconhecidos das épocas. Assim, no séc. XVI, não se conheciam expressões, ou não aparecem nos títulos dos livros, como a de *flirt*, *aventura amorosa*, *divórcio*, *inseminação artificial*, etc. Por outro lado, há conceitos que parecem idênticos na sua expressão formal mas que são bem diferentes no seu conteúdo.

Ora o catalogador tem de ser tão subtil que possa dar, graças a um encabeçamento-composto, plurifacetado, a riqueza daqueles conceitos, mostrando-se nos seus aspectos mais delicados e minuciosos. E isto é sempre uma dificuldade. Quer dizer: o encabeçamento tem de dar a *própria evolução semântica* da expressão em causa.

Então adoptamos os expedientes vários, entre eles o de recorrer a elementos subsidiários, como a subepígrafe geográfica e sobretudo as cronológicas, mas fica-nos sempre a tortura de que o assunto não foi suficientemente *enquadrado*, pois há algo de subtil que nos escapa, e o que nos escapa é por vezes o *quid* essencial.

Mas dir-nos-ão: e que outro processo de reter essa expressão ideológica poderemos encontrar de melhores resultados? Temos de confessar que ainda não o achámos. A classificação bibliográfica? Mas esta, para lá dos seus inúmeros aspectos positivos, que não curamos aqui de salientar, ainda se queda no campo das maiores imprecisões. O enquadramento exacto ou

mais aproximado do assunto não se alcança. Fica-se com uma *generalidade* mais rica por ser plurifacetada e inter-ligada, mas o *conceito em si* não tem a relevância que lhe deseja sempre dar o catálogo alfabético de matérias, que se esforça por obter essa riqueza embora pequena, como o dissemos, por não lhe dar a *movimentação*, apanhar as coisas na própria evolução, pois *fixa-as*. Neste campo a outra expressão ideológica, que é qualquer classificação bibliográfica, qualquer sistematização, são bastante mais ricas. Mas apenas neste capítulo.

O estudo de Flandrin, ao rasgar aspectos deveras curiosos, põe, no entanto, ao vivo, algumas das questões *mais válidas e mais fáceis* da expressão terminológica de um catálogo alfabético de matérias.

JORGE PEIXOTO

*Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*